

Depois do Mundial, "Samurais" fazem moçambicanos sonhar com Jogos Olímpicos



Depois de terem colocado Moçambique num mundial de basquetebol, em 2014, as "Samurais" deixaram os moçambicanos a sonharem com uma participação nos Jogos Olímpicos de Tóquio em 2020 após derrotarem o Senegal neste domingo (18). Sem apoios para preparação e nem uma mensagem do Presidente, que pessoalmente tem prestado apoio aos perdedores "Mambas", Leia Dongue pediu "apoiem a nossa selecção".

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 02 →

BAD decide esta semana investimento de meio bilhão de dólares na Área 1

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) poderá decidir esta semana o investimento de cerca de meio bilhão de dólares no consórcio que vai explorar o gás natural existente no Campo Golfinho/Atum da Área 1, na Bacia do Rovuma. "Temos interesse de participar no financiamento da Área 1 e também temos interesse em financiar a optimização a participação da ENH", revelou o representante do BAD em Moçambique, Pietro Toigo.

Texto: Adérito Caldeira

Falando a jornalistas, no balanço do 2º Fórum de Investimento em África organizado pela instituição financeira multilateral na vizinha África do Sul, Pietro Toigo revelou que o Conselho de Administração do BAD está a considerar investir consórcio que vai explorar o gás natural existente no Campo Golfinho/Atum. "A nossa participação vai ser abaixo de meio bilhão de dólares, pequena, mas que achamos que é estratégica porque somos um parceiro de desenvolvimento, somos um parceiro participado pelo Governo de Moçambique".

Para além do financiamento directo à Área 1 o Banco Africano de Desenvolvimento, única instituição financeira com rating AAA onde o Governo de Moçambique tem 1 por cento do capital de risco, tem interesse "em financiar a optimização a participação da ENH", precisou Toigo.

O representante do BAD em Moçambique explicou que o financiamento ao consórcio que vai explorar o gás natural existente no Campo Golfinho/Atum "vai ser apreciado pelo nosso Conselho de Administração na próxima semana".



"Vamos ver como podemos participar para optimizar a participação moçambicana dentro do consórcio

dentro de um prazo mais alargado, não é uma promessa mas em princípio o BAD acha que o gás para ser o transformador da economia moçambicana temos de investir fortemente nas ligações entre os projectos (de exploração) e a economia moçambicana e reforçar essas ligações com a agricultura, o gás é um input para a produção de fertilizantes, com a indústria, nomeadamente com a produção de energia eléctrica, e com políticas equilibradas sobre o conteúdo local, que dê um verdadeiro incentivo às empresas moçambicanas a entrarem na cadeia de valor do gás", detalhou Pietro Toigo.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

ACE
M
Z
O
C
A
A

A verdade em cada palavra.

Publicidade



Envia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais

DIGITA *898#

É rápido, seguro e conveniente

→ continuação Pag. 01 - Depois do Mundial, "Samurais" fazem moçambicanos sonhar com Jogos Olímpicos

Sem competirem desde 19 de Agosto e quase sem apoios para a preparação que precisavam, e merecem, a principal selecção de basquetebol feminina de Moçambique voltou a trazer-nos alegrias.

Estrearam no sábado (16) com uma derrota diante das campeãs africanas, o seu grupo no pré-olímpico africano ficou com apenas duas selecções devido a desistência da República Democrática do Congo, mas neste domingo (17) as "Samurais" entraram na quadra do pavilhão do Maxaquene para vencer.

Ingvild Mucauro abriu o placar, Elizabeth Pereira converteu dois lances livres e Ingvild encestou ou lançamento livre antes do Senegal conseguir fazer os seus 2 primeiros pontos. Oumoul Khairy Sarr empatou e com uma bomba colocou as senegalesas na frente. Mas Ingvild respondeu e Moçambique voltou a liderar o marcador, mas foi de pouca dura. O Senegal fez nova cambalhota e venceu o 1º período por 10-9 pontos.

Leonel Manhique mexeu pela primeira vez no cinco que começou a partida, Tamara não estava a entrosar com a equipa e lançou Odélia Mafanela que abriu as hostilidades no 2º período e deu nova vantagem a Moçambique. O Senegal empatou com outro triplo, as tentativas de 3 pontos da nossa selecção não caíam, va-



leu a raça de Odélia para manter as "Samurais" na frente e saíram para o intervalo a vencerem 18-26 pontos.

Tamara Seda regressou melhor dos balneários marcando os primeiros pontos do 3º período e abrindo a vantagem para 10 pontos, os triplos do Senegal entravam, as defesas jogavam melhor que os ataques e conseguiram reduzir para 2 pontos a desvantagem.

Durante os primeiros 5 minutos do último período Moçambique só conseguiu somar pontos da linha de lances livres que foram no entanto decisivos para construir nova vantagem no marcador. O Senegal dava luta mas galvanizadas pelo incansável apoio nas bancadas, o pavilhão não esteve cheio, as "Samurais" mostraram a sua garra nos minutos finais. Elizabeth Pereira

acertou o primeiro triplo para a selecção e Ingvild dilatou para 9 a vantagem.

Leia Dongue pediu a todos "apoie a nossa selecção"

Com menos de 2 minutos para jogar as senegalesas não entregaram o jogo e encurtaram a vantagem, novamente da linha de lances livres Moçambique voltou a encestar, primeiro Delma Zita e depois Ingvild Mucauro garantiu o apuramento por 49-56 pontos.

Das suas 12 jogadoras Leonel Manhique jogou grande parte da meia-final com apenas 7 jogadores. "Nós estamos preparados para jogar com 5 jogadoras 40 minutos se fôr preciso", disse o seleccionador ao @Verdade que admitiu a falta que as internacionais que por diversos motivos não puderam juntar-se à equipa fizeram



contudo Manhique deixou claro que "só faz falta quem está cá".

Agora a selecção de Leonel Manhique é uma das 16 que de todo mundo vão disputar em Fevereiro as 12 vagas dos Jogos Olímpicos de Tóquio em 2020. Leia Dongue, uma das "Samurais" que

inscreveu o nome de Moçambique no Mundial de 2014 na Turquia, pediu a todos "apoie a nossa selecção".

A outra vaga do nosso continente ficou com a Nigéria que derrotou o Mali, na outra meia-final, por 74-59 pontos.

Arroz produzido em Moçambique "não pode de forma alguma ser mais caro do que vem de fora"

O ministro da Indústria e Comércio revelou que o Governo obteve promessas de financiamento para mais um projecto de produção de arroz, desta vez em Mopeia. Ragendra de Sousa acredita que "trazer arroz da Tailândia com o custo do transporte, a nossa produção que deve ser eficiente não pode de forma alguma ser mais cara do que a produção que vem de fora".

Texto: Adérito Caldeira

Moçambique consome anualmente aproximadamente 600 mil toneladas de arroz, vários projectos estatais, privados e mistos tem sido implementados para reduzir a importação deste cereal cujo défice ronda as 300 mil toneladas e custou ao erário 221 milhões de dólares em 2018, um aumento de 20 por cento comparativamente a 2017.

Na passada sexta-feira (15), fazendo o balanço da participação do nosso país no 2º Fórum de Investimento em África organizado pela pelo Banco Africano de Desenvolvimento na vizinha África do Sul, o ministro Ragendra revelou a jornalistas que recebeu promessas de investidores interessados em investir cerca de 45 milhões de dólares num projecto de produção de arroz em massa no Distrito de Mopeia, na Província da Zambézia.

Confrontado com realidade que mostra que o arroz, e outros produtos agrícolas produzidos em no nosso país, acabam por sair mais caros do que importa-los o titular da Indústria e Comércio declarou que: "Importar ou não depende de políticas comerciais, não se esqueça nunca que faz parte da estrutura de custo de qualquer produto o factor transporte trazer arroz da Tailândia com o custo do transporte, a nossa produção que deve ser eficiente não pode de forma alguma ser mais cara do que a pro-



dução que vem de fora".

Ragendra de Sousa disse que é preciso olhar "a estrutura de custos, a margem de lucro, o retorno de capital, essas são todas variáveis que são perfeitamente maleáveis para ajustar a produção para que seja competitiva. Nós temos terra fértil, temos água disponível, as máquinas custam o mesmo em Moçambique ou no Zimbabwe, então o custo do capital fixo é igual".

"Nós continuamos a promover o arroz porque temos certeza que sendo produtor eficiente a produção tem que ser mais barata, porque o tailandês ou o paquistanês usam os mesmos factores de produção: capital, trabalho e terra", afirmou o ministro que deixou claro "a teoria de que produção em Moçambique é mais cara só quando é que estou distraído é que aceito".

Nem mais-valias travam depreciação do metical... que pode cair até aos 65 por dólar

A moeda moçambicana continua em depreciação iniciada durante a campanha para as Eleições Gerais, nem a entrada no Tesouro das mais-valias do negócio entre a Anadarko e a Occidental Petroleum travou a queda do metical que já está a ser transaccionado acima de 64 por dólar. "O par USD/MZN dirige-se para o recente pico de cerca de 65 registado em Abril", prevê o economista-chefe do Standard Bank, Fáusio Mussá.

Texto: Adérito Caldeira

Depois de no mês de Junho ter-se apreciado até 61,75 m relação ao dólar norte-americano o metical reagiu negativamente ao período eleitoral, quando a campanha iniciou a cotação do dólar era de 61,92, na véspera da votação foi transaccionado a 62,82, continuou a enfraquecer e na sexta-feira (15) foi vendido nos bancos comerciais acima dos 64.

Esta depreciação foi avaliada satisfatoriamente pela missão do Fundo Monetário Internacional que esteve em Maputo que saudou "o forte empenho do Banco de Moçambique em manter uma taxa de câmbio flexível e salvaguardar a estabilidade do sector financeiro".

"Quando a gente fala de estabilidade da taxa de câmbio não quer dizer que está fixa, ela pode se apreciar ou depreciar um pouco dentro de um intervalo relativamente pequeno, daí a estabilidade", esclareceu ao @Verdade o chefe da missão do FMI, Ricardo Velloso, que acrescentou "há sempre pressões em algum momento do ano, as festas natalinas há sempre mais procura de moeda estrangeira e há momentos em que há mais entrada de dólares, essas flutuações são naturais e nós não esperamos que a taxa de câmbio se deprecie de uma maneira muito forte no imediato".

Para o economista-chefe do Standard Bank, Fáusio Mussá, esta depreciação do metical "denota o compromisso do Banco Central em proteger as reservas internacionais, consistente com a visão de que a flexibilidade da taxa de câmbio deve continuar a ser uma importante ferramenta para aju-

MERCADO CAMBIAL				
BOLETIM Nº 142/19				
1. TAXAS DE CÂMBIO MÉDIAS DE REFERÊNCIA EM METICAIS DO DIA 14 Novembro de 2019				
PAÍSES	MOEDAS	CÂMBIOS (MT)		
		COMPRA	VENDA	
Estados Unidos(a)	Dólar	62,69	63,93	
2. OUTRAS TAXAS MÉDIAS (b)				
2.1. PAÍSES VIZINHOS				
2.1.1 Metical por Unidade de Moeda				
PAÍSES	MOEDAS			
África do Sul	Rand	4,22	4,30	
Botswana	Pula	5,71	5,82	
Swazilândia	Lilangeni	4,22	4,30	
Maurícia	Rupia	1,72	1,75	
Zâmbia	Kwacha	4,48	4,57	
2.1.2 Metical por 1000 Unidades de Moeda				
PAÍSES	MOEDAS			
Japão	Yene	576,87	588,31	
Malawi	Kwacha	86,13	87,84	
Tanzânia	Shilling	27,27	27,81	
Zimbábue	Dólar	166,84	169,13	
2.2. OUTROS PAÍSES				
2.2.1 Metical por Unidade de Moeda				
PAÍSES	MOEDAS			
Brasil	Real	15,03	15,33	
Canadá	Dólar	47,28	48,22	
China/Offshore	Rememb	8,93	9,10	
China	Rememb	8,93	9,11	
Dinamarca	Coroa	9,23	9,41	
Inglaterra	Libra	80,50	82,09	
Noruega	Coroa	6,82	6,86	
Suécia	Coroa	6,45	6,57	
Suíça	Franco	63,39	64,65	
União Europeia	Euro	68,94	70,31	
3. OUTRAS INFORMAÇÕES				
1. PRIME RATE - Nova Iorque..... 4,7500000 %				
2. LIBOR (London interbank Offered Rate) 6 meses... 1,922500 %				
3. OUBO/USD/Onça: 1.467,66000				
Compra..... 1.468,43000				
Venda..... 1.468,43000				

dar a gerir a pressão da Balança de pagamentos".

"O par USD/MZN dirige-se para o recente pico de cerca de 65 registado em abril, contudo espera-se que estabilize e comece a cair para a marca dos 60. A recente entrada de divisas referente à tributação de mais-valias empurrou as reservas internacionais brutas para um máximo de 3,9 biliões de dólares, que resulta num confortável rácio de cobertura de importações superior a 6 meses, o que deve ajudar a aliviar a pressão sobre a liquidez em moeda externa", comentou Fáusio Mussá na edição de Novembro do índice PMI.

“Mambas” empatam em Cabo Verde e mantêm liderança do Grupo F

Os “Mambas” arrancaram um empate a duas bolas diante de Cabo Verde, nesta segunda-feira (18) na Cidade da Praia, e mantiveram a liderança do Grupo F de apuramento para o Campeonato Africano das Nações (CAN) de 2021.

Texto: Redação

Após uma entrada expectanda a selecção de Moçambique foi surpreendida pela avalanche atacante dos “Tubarões Azuis” que no minuto 5 resultou na abertura do placar por Garry Mendes Rodrigues.

Os moçambicanos assentaram o seu jogo e Telinho, com um remate cruzado no minuto 18, empatou a partida da 2ª jornada do apuramento para o CAN de 2021.

Os “Mambas” inclinaram o estádio nacional e podiam ter feito a cambalhota no marcador antes do intervalo tendo Ponck cortado uma bola perto da linha de gol.

Os cabo-verdianos voltaram a entrar fortes do descanso, impuseram o seu ritmo de jogo e adiantaram-se novamente no placar graças a um potente e colocado remate de Ryan Mendes no minuto 58.

Já em tempo de compensação, com a festa decorrer nas bancadas, Dominguez recebeu o esférico no flanco direito, fletiu para o centro deixando fora da jogada três adversários e serviu Witi que na passada colocou de pé esquerdo no fundo das redes de Vozinha.

Com duas vitórias em igual número de partidas Moçambique lidera o Grupo F com 6 pontos a frente dos Camarões que somam 3 pontos após vencerem o Ruanda em Kigali. Cabo Verde tem 1 ponto e o Ruanda 0.

Moçambique não baixou no Doing Business “porque não fez nada, os outros países fizeram mais do que nós” ministro da Indústria e Comércio



Na sequência da queda do nosso país no índice “Doing Business 2020” do Banco Mundial o ministro da Indústria e Comércio reconheceu que “Moçambique não baixou porque não fez nada, o que aconteceu foi que os outros países fizeram mais do que nós, fizeram mais depressa do que nós”. Ragendra de Sousa reiterou que o Governo é o primeiro interessado em melhorar o ambiente de negócios pois “sem investimento não há crescimento”.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 04 →

ANUNCIE AQUI
todos os dias
Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.

Reabilitação pós-Idai da EN6 custou 12 milhões de dólares adicionais

O Governo teve de desembolsar mais 12 milhões de dólares para a reabilitação da Estrada Nacional nº 6. A infra-estrutura que liga a Cidade da Beira ao resto país havia custado 410 milhões de dólares mas não resistiu a força das cheias que seguiram a passagem do Ciclone Idai pelo Centro de Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira

Cerca de 11 quilómetros, dos 287 quilómetros, da principal ligação entre a capital da província de Sofala aos distritos do Dondo, Nhamatanda, Gondola, Manica e a cidade do Chimoio não resistiram a força das águas dos rios Búzi e Púnguê que em Março saíram das suas margens após a passagem do Ciclone Tropical Idai.



Na altura o empreiteiro chinês estava a terminar a estrada e infra-estruturas adjacentes que tinham custado 410 milhões de dólares norte-americanos em dívida contraída à China.

Na passada quinta-feira (14) o Presidente da República, Filipe Nyusi, inaugurou a estrada que é também uma conexão fundamental entre o Porto da Beira e o Corredor para

Tete, Zimbabwe e o Malawi.

Entrevistado pelo @Verdade o ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos revelou que a reparação pós-Idai custou “quase 12 milhões de dólares” em fundos de reconstrução do Governo.

“Tivemos as duas secções que ficaram cortadas, a ponte Haruna e uma outra ponte na secção Inchope – Chimoio”, explicou João Machatine que acrescentou que o Governo investiu estes fundos adicionais “porque sabemos que vamos ter retorno (através das portagens)”.

Diga-nos quem é o
XICONHOÇA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

**CA
PAZ
ES**

A verdade em cada palavra.

Publicidade



Envia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais

DIGITA *898#

É rápido, seguro e conveniente

→ continuação Pag. 03 - Moçambique não baixou no Doing Business "porque não fez nada, os outros países fizeram mais do que nós" ministro da Indústria e Comércio

O @Verdade revelou que o nosso país regrediu em 9 dos 10 indicadores do ambiente de negócios e por isso caiu da posição 135 para 139 no relatório do "Doing Business 2020", apenas o quesito da obtenção de alvará de construção melhorou.

Na óptica da Confederação das Associações Económicas (CTA) esta degradação do ambiente de negócios deveu-se particularmente a falta de implementação de seis reformas aprovadas pelo Executivo de Filipe Nyusi.

A revisão pontual do Código Comercial, que passou a permitir a publicação apenas do extracto simplificado do estatuto de nova sociedade comercial, é desconhecida dos empresários moçambicanos.

O Sistema de Informação de Crédito de Gestão Privada criado em 2015 e regulamentado em 2016 ainda é incipiente.

Embora desde 2015 exista um regulamento para tornar mais eficiente e rápido o reembolso do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a CTA indicou que "há algumas solicitações cujo proces-

samento leva mais de 18 meses".

Está atrasada a implementação do regime jurídico de insolvência e recuperação de empresários comerciais, aprovado em 2013.

No Comércio Internacional deveria ter sido retirada em 2018 a inspeção pré-embarque e continua por acontecer a integração das instituições que emitem certificação ou licenças necessárias para o comércio internacional na Janela Única Eletrónica, tais como os ministérios da Agricultura, Saúde e Indústria e Comércio.

"Fizemos mais de oito ou nove reformas que algumas levam tempo para serem percebidas"

Questionado pelo @Verdade o ministro da Indústria e Comércio começou por reconhecer que "Moçambique não baixou porque não fez nada, o que aconteceu foi que os outros países fizeram mais do que nós, fizeram mais depressa do que nós".

"Para lhe dar um exemplo, nós já passamos no Conselho de Mi-



nistros a aprovação alteração do Código Comercial, tem que ir a Assembleia e tem implicações. Outro exemplo bom é que nós fizemos a comunicação à sociedade que para empresas já não é preciso imprimir os estatutos na íntegra no Boletim da República, bastam duas páginas, o valor baixou de 40 para 2, isto foi feito no ano passado, mas o nosso sector privado informou que não sabe, então vamos fazer saber, não estamos

ansiosos", disse Ragendra de Sousa.

O ministro argumentou "fizemos mais de oito ou nove reformas que algumas levam tempo para serem percebidas, nós não nos sentimos nem na defensiva, tivemos a classificação que tivemos que para nós é um incentivo para melhorar ainda mais as nossas reformas e estar mais próximo do agente económico para fazer saber do benefício".

"Por exemplo nós tínhamos o registo da empresa feito no prédio Fonte Azul, o agente tinha que ir lá levar um papel, ir ao BAU levar outro, quanto tempo demorava? Agora está tudo no mesmo escritório. Fechamos aqui (no prédio Fonte Azul) e pusemos lá (BAU) e o empresário fala com um e depois fala com outro, não reduziu o tempo? Para nós reduziu. Agora o pedido é pôr tudo no mesmo computador, então vamos fazer este ano", prometeu Ragendra de Sousa.

O titular da Indústria e Comércio deixou ainda claro que "o Governo é um dos primeiros interessados de melhorar o ambiente de negócios para que o agente económico se sintam bem, para que mais investimentos venham".

"Porque caros compatriotas, sem investimento não há crescimento, se queremos crescer para ter mais emprego e melhorar o nosso salário temos que promover investimento, o Produto Interno Bruto não vem com discurso, mas se eu produzir mais cresce. É interesse principal do Governo de melhorar o ambiente de negócios para promover o desenvolvimento", concluiu.

Reestruturação da Empresas Públicas "é uma área muito prioritária para a economia" em Moçambique, diz FMI

O representante do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Moçambique afirmou que a reestruturação do Sector Empresarial do Estado "é uma área muito prioritária para a economia do país". Ari Aisen assinalou que muito tem sido feito pelo Governo de Filipe Nyusi contudo "mais precisa de ser feito".

Texto: Adérito Caldeira

Salvo os Caminhos de Ferro de Moçambique, a Electricidade de Moçambique e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos as restantes 10 Empresas Públicas estão em situação de falência técnica. Em situação idêntica encontram-se 9 das 15 empresas onde o Estado tem Participação igual ou superior a 50 por cento dez: Transmarítima, Sociedade Notícias, SEMOC, Petromoc, Medimoc, TMcel, LAM, Farmac e EMATUM.



Apresentando nesta segunda-feira (18) em Maputo as Perspetivas Económicas para África Subsaariana e Moçambique o representante do FMI indicou Reestruturação e Governação do Sector Empresarial do Estado como umas das áreas prioritárias para o Governo de Filipe Nyusi no mandato que vai iniciar em Janeiro.

"O Governo vem trabalhando mas mais precisa de ser feito porque ainda não temos uma resposta final de um saneamento bom desse sector. Obviamente que há muitas estratégias a seguir, uma pode ser melhor do que a outra, mas isso vai depender muito do programa que o Governo deseje implementar e os detalhes são importantes: que empresa deveria ficar, que empresa deve fazer fusão, qual empresa privatizar", declarou Aisen.

O representante do Fundo Monetário ressaltou que "parte do problema é uma herança de uma dívida muito elevada, por mais que algumas dessas empresas operacionalmente estejam muito melhores fica difícil servir o fardo de uma dívida tão elevada que foi herdada. Mas de alguma maneira algumas decisões vão ter que ser tomadas sobre como apoiar essas empresas porque elas constituem um risco fiscal".

"Eventualmente o Governo pode ficar afectado pelo desempenho dessas empresas, existe uma ligação com o sistema financeiro, então o contágio da capacidade operacional dessas empresas, a capacidade de pagar as suas dívidas, pode ficar comprometida eu diria que essa é uma área muito prioritária para a economia do país", alertou Ari Aisen.

Para além da reestruturação do Sector Empresarial do Estado o FMI recomendou outras seis áreas prioritárias para a economia: "em primeiro lugar garantir que a Despesa Pública possa estar focada na redução da pobreza, não é possível que qualquer consolidação fiscal que seja feita recaia sobre despesas sociais num país como Moçambique".

"Governança e transparência, (...)Fortalecimento da instituições da área do gás, (...) consolidação fiscal, (...) continuar o processo de reestruturação da Dívida Pública, (...) e ainda Legislação do Banco de Moçambique, Lei Bancária, Lei Cambial e a própria Lei Orgânica que data de 1992 que precisa de ser modernizada", concluiu Ari Aisen.

ICM prepara expansão do Fundo Rotativo para a Comercialização Agrícola

O Instituto de Cereais de Moçambique (ICM) iniciou um programa de expansão do Fundo Rotativo de Comercialização Agrícola (FRCA), tendo como base os resultados que estão a ser alcançados pela Linha de Crédito de Comercialização Agrícola (LCCA) que, em seis meses de implementação, já concedeu financiamentos na ordem dos 70 milhões de meticais, que geraram a compra de cerca de 7.000 toneladas de culturas diversas e beneficiou directamente perto de 12.000 famílias.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Para assegurar o sucesso deste programa de expansão a direcção do ICM submeteu, de 13 a 15 de Novembro, os seus quadros a uma acção de formação. Esta formação incluiu técnicos da Gapi que intervêm na implementação desta linha.

"A parceria estabelecida com a Gapi, para a constituição desta linha, embora com poucos recursos, tem vindo a ter um impacto significativo no meio rural, com o real acréscimo da renda familiar, facto reconhecido pelo Governo, parceiros de desenvolvimento, autoridades comunitárias locais e pelos principais beneficiários da cadeia de valor da comercialização agrícola", considerou Mohamed Valá, Director Geral do ICM.

Valá enalteceu o facto de "não obstante esta primeira fase ter servido de indução e inserção para testarmos vários modelos para a definição da estratégia de financiamento à comercialização agrícola, já estamos a ver resultados animadores", considerou, acrescentando que "já há diversos parceiros que estão interessados em aderir, o que nos vai permitir expandir o fundo".

O Presidente da Comissão Executiva (PCE) da Gapi, Adolfo Muholove, disse que esta parceria entre ICM-Gapi "é uma contribuição concreta e relevante para a inclusão económica, financeira e social dos moçambicanos, com principal pendor para camadas mais sensíveis como os jovens e as mulheres".

Muholove acrescentou que esta formação



enquadra-se no Serviço de Desenvolvimento Institucional, um dos três pilares da metodologia de intervenção integrada da Gapi, que combina, além deste serviço, a Capacitação e Consultoria Empresarial e os Serviços Financeiros.

"Ao capacitarmos os técnicos do ICM e da Gapi, com vista a melhor enfrentarem os desafios crescentes da comercialização, pretendemos alcançar fundamentalmente dois grandes objectivos: (i) cumprir com o regulamento da LCCA; e (ii) garantir uma gestão com taxas de reembolso na ordem de 100%", concluiu o PCE da Gapi.

Neste momento, a taxa de reembolso, situa-se em 98 por cento, o que é considerado aceitável. Num futuro breve, este mesmo grupo de gestores constituído por Delegados do ICM, Gerentes e Técnicos das Delegações Gapi será capacitado também em gestão da comercialização agrícola, metodologias de Monitoria, avaliação dos mutuários, entre outros temas de interesse para a sustentabilidade do Fundo de Comercialização.

Época chuvosa fez primeiros mortos em Moçambique

Pelo menos seis pessoas morreram em eventos relacionados com a época chuvosa que iniciou no passado mês de Outubro em Moçambique. Quatro óbitos foram registados na Província da Zambézia e outros dois na Província de Manica.

Texto: Redacção

No Distrito de Gondola pelo menos seis cidadãos foram atingidas pela queda de raios no bairro 7 de Abril e no povoado de Sanga. Uma das vítimas mortais é um adulto de aproximadamente 60 anos de idade e a outra menor de 13 anos.

Ainda no bairro 7 de Abril outras três pessoas contraíram ferimentos pela queda de raios durante o mau tempo, caracterizado por aguaceiros com trovoadas e ventos fortes, que se fez sentir durante o fim-de-semana.

No Distrito de Gilé, na Província da Zambézia, a queda de uma árvore durante o mau tempo causou a morte de uma pessoa e o ferimento de outras oito.

Dois cidadãos perderam a vida no Distrito de Morrumbala e uma outra no Distrito de Namorroio durante o mau tempo que fustigou estas províncias do Centro de Moçambique onde destruiu centenas de habitações e dezenas de salas de aulas.

PCA da ENH prognostica que em 3 anos do rating de Moçambique chegará a BBB... que permitiu as dívidas ilegais



A reestruturação da dívida da EMATUM e a perspectiva do início da exportação do gás natural existente na Bacia do Rovuma em 2022 animam os governantes moçambicanos a voltarem aos mercados financeiros para contraírem novas dívidas Públicas. "A questão é de se reconhecer que tens capacidade presente e futura de cumprir as suas obrigações" afirmou PCA da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), Omar Mithá prognosticou que em 3 anos a classificação do rating de risco de Moçambique chegará a BBB... que permitiu as dívidas ilegais.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Naíta Ussene

continua Pag. 06 →

Diga-nos quem é o XICONHOÇA da semana



Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail

averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Oito mortos em acidentes de viação em Tete e na Matola

Pelo oito cidadãos morreram em dois acidentes de viação registado em Moçambique entre sábado (16) e segunda-feira (18). Na Cidade de Tete o sinistro foi entre duas motas e na Matola uma viatura ligeira embateu numa machimbombo.

Texto: Redacção

Na Província de Tete duas motorizadas colidiram na região de Canongola, na Cidade de Tete, resultando na morte de dois passageiros que viajavam numa das motas e o motorista e o passageiro da outra.

Fonte policial explicou que o acidente, ocorrido no sábado (16), ocorreu quando as motorizadas realizavam ultrapassagens irregulares.

Cerca das 20 horas de segunda-feira (18), na Matola-Rio, Província de Maputo, outros quatro cidadãos morreram num acidente onde a viatura ligeira onde seguiam aparentemente despistou-se e embateu num autocarro de transporte de passageiros que seguia no sentido contrário. Uma das vítimas era um bebé.

Concessionário da Circular deverá reparar barreira de protecção da costa de Maputo

O ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, João Machatine, revelou ao @Verdade que a reparação das secções da protecção costeira da marginal de Maputo danificadas há pouco mais de um mês serão reparadas pela empresa que vai cobrar portagens na Circular da capital de Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira

Edificada a cerca de 5 anos por consórcio egípcio e português denominado RME / MCA Limitada a barreira de protecção da costa de Maputo não resistiu às marés vivas e ao mau tempo do início da época chuvosa no nosso país. Algumas secções ruíram e outras estão na iminência de cair.



Ao @Verdade o Presidente do Conselho Autárquico da Cidade de Maputo disse que não existe nenhuma garantia de manutenção por parte do consórcio que embolsou os 22 milhões de

dólares. Eneas Comiche explicou que o Município não tem dinheiro para a

reparação e que articulou com o Governo para a reabilitação.

Questionado pelo @Verdade o ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos revelou que a reparação será feita pela empresa que vai cobrar portagens na Estrada Circular de Maputo.

"Há um trabalho que está sendo feito de concessionar a Circular, as estradas em Moçambique de um modo geral, o concessionário é que irá intervir", afirmou João Machatine.

PRENSA

A verdade em cada palavra.



Envia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais

DIGITA *898#

É rápido, seguro e conveniente

→ continuação Pag. 05 - PCA da ENH prognostica que em 3 anos do rating de Moçambique chegará a BBB... que permitiu as dívidas ilegais

Desde que Moçambique é independente que as agências que avaliam os riscos de investimento no mundo classificaram o nosso país no nível de “especulativo, baixo interesse e mesmo lixo”.

Contudo, no auge do boom da indústria do carvão, o rating do nosso país melhorou tendo a agência Fitch chegado a classificar Moçambique como AA-, no grau de “investimento com qualidade alta e baixo risco”. As agências Moody’s e Standard & Poors classificaram, entre 2012 e 2014, o nosso país como de grau de “investimento com qualidade média”.

Foi nesse período que os empréstimos inconstitucionais e ilegais foram contraídos supostamente para as empresas Proindicus, EMATUM e MAM. Além disso o Governo de Armando Guebuza aproveitou para, pela primeira vez, colocar Moçambique nos mercados financeiros de títulos de dívida em dólares, vendendo a dívida da EMATUM como “Moçambique 2023 Eurobonds”.

Desde a descoberta do secretismo, inconstitucionalidades e ilegalidades em torno dos empréstimos inicialmente contraídos aos bancos Credit Suisse e VTB a avaliação de risco de investimento no nosso país voltou para o “lixo”, até ao recente acordo de renegociação com os credores dos Eurobonds, Moçambique estava classificado com DDD, “caloteiro”.

Assim que a reestruturação dos Eurobonds, que já custaram 40 milhões de dólares e vão custar mais 1,8 bilião de dólares a serem pagos até 2033, foi anunciada a agência Moody’s subiu o rating de Moçambique de Caa3 para Caa2 enquanto a Fitch tirou o nosso país de DDD para CCC.

O Presidente do Conselho de Administração (PCA) da ENH, que não tem conseguido financiamento que a empresa necessita para participar directamente na ex-

ploração e produção do gás natural existente nas Áreas 4 e 1 da Bacia do Rovuma, acredita que agora os mercados podem voltar a abrir para Moçambique. “O problema não estar em default é por ter pago as suas obrigações, é a questão de se reconhecer que tens capacidade presente e futura de cumprir as suas obrigações, isso é que é mais importante”, explica Omar Mithá ao @Verdade.

Moçambique poderá passar a ser um país superavitado e chegar o rating de BBB

Intervindo semana passada na 6ª Conferência do gás, que decorreu em Maputo, o PCA da ENH afirmou que a partir de 2022, quando é expectável que inicie a produção e exportação do gás natural existente no Campo de Coral, na Área 4, a o Produto Interno Bruto de Moçambique vai crescer inicialmente a 9 por cento “e depois entrar nos dois dígitos, o que significa que de 2022, 2023, 2024 e 2025 serão períodos de forte crescimento económico, acima da média da África Subsaariana”.

“Evidentemente que isso traz consigo uma alteração da percepção daquilo que é o risco do próprio país, porque a expectativa de ganhos que Moçambique vai ter vai ser enorme. Evidentemente que a partir da produção começa a entrar os royalties, depois é o petróleo lucro e também a tributação em sede de IRPC e outras formas. Apesar dos custos de investimento serem muito grandes e haver recuperação de custos na fase inicial, o chamado petróleo custo tem um certo limite por lei e está estabelecido nos contratos o que permite haver margens de modo a haver uma repartição dos ganhos entre o Estado e aquilo que é os concessionários”, argumentou Mithá.

O homem forte da ENH: “Este perfil de risco melhorado significa também voltar aos mercados, estamos agora



com um rating de default mas a Fitch já melhorou e tenho a certeza que depois de atingir o equilíbrio fiscal, redução do défice fiscal que Moçambique tem e do défice da Balança da Conta Corren-

de gestão macroeconómica com entrada massiva desses recursos”, podendo chegar o rating de BBB, que representa um país de grau de investimento com qualidade média.

Área 1. “Tivemos um brinde de funding, que é o suporte dos parceiros, mas a verdade é que nós olhamos para o mercado para poder fazer o pitch e poder fazer o levantamento de capitais em condições muito melhoradas para que haja criação de valor e que a nossa participação seja sustentável a médio e a longo prazo”.

“A ENH também, na óptica legal, tem obrigação de fazer o gás doméstico porque é importante que haja um acréscimo de valor aos nossos recursos, é importante que agora enfrentemos uma situação diferente daquele paradigma da divisão internacional do trabalho que nós herdamos em 1975, nesta dicotomia Norte – Sul, é altura também de Moçambique ter a sua própria indústria acrescentando valor”, profetizou Mithá.

O facto é que enquanto procura endividar o país em 2,2 biliões de dólares a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos já endividou-se, e aos moçambicanos, em 1,2 bilião de dólares norte-americanos, em condições de pagamento que não são conhecidas, juntos das petrolíferas que vão explorar o gás e petróleo e devem pagar os impostos que se esperam possam equilibrar a Balança da Conta Corrente de Moçambique.

Classificações das agências de risco

Standard & Poor's	Fitch Ratings	Moody's	Significado na escala
AAA	AAA	Aaa	Grau de investimento com qualidade alta e baixo risco.
AA+	AA+	Aa1	
AA	AA	Aa2	
AA-	AA-	Aa3	
A+	A+	A1	
A	A	A2	Grau de investimento com qualidade média.
A-	A-	A3	
BBB+	BBB+	Baa1	
BBB	BBB	Baa2	
BBB-	BBB-	Baa3	
BB+	BB+	Ba1	Categoria de especulação, baixa classificação.
BB	BB	Ba2	
BB-	BB-	Ba3	
B+	B+	B1	
B	B	B2	
B-	B-	B3	Risco alto de inadimplência e baixo interesse.
CCC	CCC	Caa1	
CC	CC	Caa2	
C	C	Caa3	
D	D	Ca	

te, isto vai alterar por completo. Moçambique poderá passar a ser um país superavitado, evidentemente que os desafios também estão na capacidade institucional

Omar Mithá explicou que a empresa que representa o Estado moçambicanos nos projectos de gás e petróleo teve de endividar-se com os seus sócios da Área 4 e

goste de nós no [facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)
Jornal @Verdade
O ministro da Indústria e Comércio revelou que o Governo obteve promessas de financiamento para mais um projecto de produção de arroz, desta vez em Mopeia. Ragendra de Sousa acredita que “trazer arroz da Tailândia com o custo do transporte, a nossa produção que deve ser eficiente não pode de forma alguma ser mais cara do que a produção que vem de fora”.
<http://www.verdade.co.mz/nacional/69495>

Denicio Dos Santos Muare
Os custos de producao sao elevadissimos e a produtividade é baixa! · 1 dia(s)

Jimmy Jimmy
Ragendra nao sabe nada da economia real. Aqui em

Xai-Xai temos arroz wambao produzido nas redondezas mas esta tao carro que mama africa, tio antonio e outras marcas importadas · 1 dia(s)

Dinis Domingos Sixpenze Sixpenze
Parte do dinheuro para produzirmos

alimentos foi com titosse e companhia ...esquemas e vais tirar de onde o processo de produtividade? · 20 h

Stelvio Da Costa Tomas
Não muda nada ,assim como a dívida que disseram que já não é constitucional, mas os preços continuam elevados · 1 dia(s)

Clementino Lipson Mendes Camacho
Parem de falar maning e começam a trabalhar... Há falta de políticas para impulsionar a produção agrícola... O governo pouco faz no aumento da produção. · 10 h

Leonardo Muchanga
Como ministro diz para seu colega de energia também que não pode de forma alguma ser muito caro enquanto sai de Moçambique · 14 h

Polardo Humberto Pohn
A realidade prova o contrario...dos produtos nacionais k já estão no mercado · 1 dia(s)

Mhomed Jusob
O valor é sempre gasto em workshops e estudos.. · 1 dia(s)

Helder Mario
Mhomed Jusob, falou verdade · 1 dia(s)

Cample DC
Acho que a política põe/obriga as pessoas a dizer disparates... Sr. Ministro tem que voltar a ter aulas de Economia. · 1 dia(s)

Jacinto Siqueira
Vai descansar novó. Brincar com seus netos lá na sua quinta. · 1 dia(s)

Cidadania

Cesar Pedro
Depende dos custos de produção · 1 dia(s)

Edson Mauricio Edson
Tanto tempo levado para se pensar nisso · 1 dia(s)

Charlotte Rosario
KKK, so podem estar a gozar · 1 dia(s)

Júlio Gonçalves
Mas então e o CHOKWE ??? · 1 dia(s)

Dinis Domingos Sixpenze Sixpenze
Afinal!!! So estas a ver hoje isso? · 20 h

Sumbane Cgn
Não pode ser mas é e sempre será. Porque vocês tem regalias não compram mas o povo vai comprar. · 1 dia(s)

“O sector açucareiro não está em crise” afirma ministro da Indústria e Comércio que questiona protecção que o sector beneficia do Estado



O ministro da Indústria e Comércio enfatizou semana finda que “o sector açucareiro não está em crise, tem outros problemas” como por exemplo “má gestão”. Ragendra de Sousa disse que “Mafambisse e Maragra são fábricas a operar, é um problema de mudar o que está errado para o que está bem” e problematizou a protecção que o sector beneficia do Estado “isso é política de infant industry, jovem com 18 anos é infantil”.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 08 →

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



O jornal mais lido em Moçambique.

França reconhece vitória de Nyusi apesar das “irregularidades e más práticas” detectadas pelos observadores europeus

A França, país envolvido nas dívidas ilegais e que agora vai participar na exploração do gás na Bacia do Rovuma, reconheceu nesta quarta-feira (20) a vitória de Filipe Nyusi e do partido Frelimo nas Eleições Gerais de 15 de Outubro apesar da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia ter detectado “um número de irregularidades e más práticas no dia eleitoral e durante o processo de apuramento de resultados”.

Texto: Redacção

Através de uma mensagem enviada pelo Presidente Emmanuel Macron a França tornou-se no primeiro país ocidental relevante a reconhecer a vitória de Filipe Nyusi e do partido Frelimo nas Eleições Presidenciais, Legislativas e Provinciais.

“O seu país regista um forte crescimento e a França e os seus operadores estão interessados em contribuir para o alcance dos seus objectivos económicos e sociais. Eles estão ao seu lado para acompanhar o desenvolvimento do seu país. Da mesma forma, as empresas francesas presentes em Moçambique mobilizam-se para contribuí-

rem para o crescimento sustentável do país”, pode-se ler na mensagem de Emmanuel Macron, segundo um comunicado da Presidência da República de Moçambique.

Para a França parecem ter sido indiferentes as constatações da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia que detectou “um número de irregularidades e más práticas no dia eleitoral e durante o processo de apuramento de resultados. As irregularidades incluíram enchimento de urnas, voto múltiplo, invalidação intencional de votos da oposição, e alteração de resultados de mesas de assem-



bleia de voto com adição fraudulenta de votos extra”.

“Os observadores da UE notaram também dados improváveis de participação, grandes desvios de resultados entre mesas da mesma assembleia de voto, e em muitos casos membros de mesa, funcioná-

rios públicos e eleitores encontrados com boletins de voto fora das assembleias de voto. As irregularidades foram observadas em todas as províncias”, divulgou a Missão em comunicado no início de Novembro.

Depois de ter sido o país onde foram construídos os barcos para a Proindicus e EMATUM e pagos a preços sobrefacturados com dinheiro dos empréstimos contraídos violando a Constituição e leis orçamentais a França está agora envolvida na exploração do gás natural existente na Bacia do Rovuma através da petrolífera Total que passou a controlar a Área 1.



A verdade em cada palavra.



Envia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais

DIGITA *898#

É rápido, seguro e conveniente

Publicidade

→ continuação Pag. 07 - "O sector açucareiro não está em crise" afirma ministro da Indústria e Comércio que questiona protecção que o sector beneficia do Estado

A açucareira de Mafambisse, na Província de Sofala, está a despedir milhares de trabalhadores na sequência dos artifícios financeiros em que o principal accionista, a Tongaat Hulett, envolveu-se na África do Sul e está a contagiar a açucareira de Xinavane. A açucareira da Maragra, na Província de Maputo, vive em constantes greves diante da intransigência do acionista maioritário, o grupo sul-africano Illovo sugar África, em melhorar os salários dos seus trabalhadores. No Búzi a açucareira continua parada pelo 28 ano consecutivo.

Na perspectiva do ministro Ragendra de Sousa "o sector açucareiro não está em crise, tem outros problemas" tendo indicado a construção de uma nova fábrica na Província de Maputo assim como a conclusão da fábrica de açúcar orgânico que foi edificada na Província de Cabo Delgado como exemplos de como "o sector açucareiro está bem e está saudável".

Falando em conferencia de imprensa, no passado dia 15, o titular da Indústria e Comércio sugeriu que a crise de que se fala "pode ser má gestão, portanto é algo corrigível. A crise também pode ser trazida como uma forma de não confessar coisas mal feitas".

"A Maragra é um problema de gestão, então faça a pergunta aos gestores, não faça ao ministro. Falem com o sindicato e



o outro sócio da Maragra para perceber (...) Maragra é um assunto com solução, o que precisa é competência técnica e científica", explicou Ragendra de Sousa.

Na óptica do ministro as açucareiras de "Mafambisse e Maragra são fábricas a operar, é um problema de mudar o que está errado para o que está bem. Custa dinheiro, por isso provocamos investidores. No caso do Búzi temos de procurar alguém que tenha vontade e paciência de comprar e montar uma fábrica nova, porque a que lá está é para deitar fora".

"Há quantos anos o Estado entregou Búzi a privados, que são motores da economia, no entan-

to na zona do Búzi temos alto desemprego, temos migração campo cidade pelo desemprego e a açucareira está lá, a drenagem está, a fábrica é lixo", declarou o titular da Indústria e Comércio.

Açúcar beneficia de "política de infant industry, jovem com 18 anos é infantil"

Ragendra de Sousa, que é professor de economia, quis dar uma aula aos gestores do Açúcar: "o sector açucareiro só lá dentro tem um processo de diversificação, o açúcar é um produto final mas há produtos intermediários que aumentam a rentabilidade de uma açucareira como a produção de álcool, bagaço, energia, gado,

porque pelo bagaço de alimenta o gado, isto é o que deve fazer um gestor competente".



"Pelo esforço do Governo a China está pronta a comprar 200 mil toneladas de açúcar, vocês como jornalistas vão lá saber a

produção da Maragra e de Xinavane, talvez podem produzir e vai tudo para a Índia, onde há falta de mercado? Nós sabemos a causa da crise e porque sabemos estamos atentos. Compete ao Governo fazer tudo para que a produção não pare, para que não haja desemprego e isso nós fizemos durante o Fórum e temos manifestação de interesse de vários investidores sul-africanos, da Arábia Saudita, do Médio Oriente, há vários que mostraram interesse no sector açucareiro", revelou o governante.

O ministro da Indústria e Comércio problematizou a protecção que sector beneficia, sendo o único dentre os agrícolas com esse privilégio. "O Governo durante 18 anos protegeu o açúcar, dizem que isso é política de infant industry, jovem com 18 anos é infantil? Infantil é aquele bebé que é preciso dar chucha e leite, com 18 anos ainda quer chucha? Se quer chucha essa pessoas não está boa de saúde".

Apesar das divisas que gera com a exportação representa o paradoxo que é a Agricultura em Moçambique. O sector do açúcar empresa directamente dezenas de milhares de moçambicanos e indirectamente outros centenas de milhares, porém paga salários abaixo do mínimo aprovado pelo Governo. Não fosse a proibição da importação de açúcar e os consumidores nacionais pagariam menos pelo quilo deste produto alimentar.

Novo sistema de pagamentos interbancários em Moçambique vai ter "interoperabilidade"

O Governador do Banco de Moçambique (BM) anunciou nesta quarta-feira (20) que novo sistema informático para os pagamentos electrónicos interbancários em Moçambique vai entrar em funcionamento em 2020, tal como o @Verdade havia previsto, e permitirá não só transacções de banco para banco mas também "de banco para instituições de moeda electrónica".

Rogério Zandamela fez o anúncio na Cidade do Xai-xai, onde decorre o Conselho Consultivo do BM. "Queremos chegar a um ponto onde vamos ter interoperabilidade, é um palavrão que esses que trabalham na inclusão financeira gostam".

"Quer dizer que um cliente pode fazer transacções de banco para banco, de banco para instituições de moeda electrónica, entre todas: mpesa, mkesh, emola. Poder fazer transacções porque tem um sistema com capacidade para fazer, outros países fazem isso então não é milagre, pode ser feito", acrescentou.

O novo sistema informático foi adquirido pelo banco central em Dezembro de 2018 a empresa norte-americana Euronet depois do provedor do software que ainda esta a ser usado, a empresa portuguesa BizFirst, ter engana-

do a Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO), em cumprimento com o Banco Comercial e de Investimentos, exigindo valores monetários para além do que fora contratualmente acordado.

Em Novembro do ano passado os moçambicanos estiveram quase uma semana sem poder usar os seus cartões bancários nas POS (Point of Sale) e ATM (Automatic Teller Machine) num acto de chantagem da empresa portuguesa BizFirst.

Zandamela recordou o drama que viveu e as pressões que sofreu tendo afirmado que "o importante é termos a coragem, termos a paciência, corrigirmos o que está errado. Se está errado temos que ter a humildade de dizer erramos e tentarmos resolver o problema".

"É uma área delicada, há muitos



interesses, daqueles que beneficiavam dos status quo e nós temos de lidar com isso, somos reguladores, temos que nivelar as oportunidades. Não nos podemos dar ao luxo de que uma ou duas instituições podem estar em controlo com a infra-estrutura que é o coração do nosso sistema" deixou claro o Governador

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Banco Moçambique

do banco central.

Entretanto o Banco de Moçambique não revela quanto custou o novo sistema informático para os pagamentos electrónicos interbancários. O @Verdade revelou que o software da empresa portuguesa BizFirst custou 1,1 bilião de meticais.

Cinco mortos em acidentes de viação na Província de Maputo

Cinco mortos em acidentes de viação na Província de Maputo

Texto: Redacção

Um choque frontal entre duas viaturas ligeiras que transitavam na Estrada Nacional nº 4 originou a morte de uma cidadã adulta, que foi projectada do veículo que seguia que saiu da sua faixa de rodagem, e deixou dois feridos ligeiros.

Na segunda feira quatro cidadãos da mesma família perderam a vida na Estrada Nacional nº 2 quando a viatura ligeira onde seguiam despitou-se e colidiu com um machimbombo na Matola-Rio.

Um outro sinistro aparatoso, envolvendo três viaturas, foi registado na avenida das FPLM, na Cidade de Maputo, que causou pelo menos dois feridos, um deles grave.

Linha Caia – Nacala atrasada, Governo autoriza EDM a importar gás natural liquefeito para demanda de energia no Centro e Norte



Devido ao atraso na edificação da Linha de Transporte de energia entre Caia e Nacala o Governo autorizou a Electricidade de Moçambique (EDM) a importar gás natural liquefeito (GNL) para tentar responder a demanda de energia no Centro e Norte de Moçambique. Paralelamente vai ser substituída, nas próximas duas semanas, a Central Termoeléctrica Flutuante que está atracada na Cidade de Nacala por uma outra similar que “permite uma melhor regulação da tensão e melhoria na qualidade do fornecimento”.

Texto: Adérito Caldeira [continua Pag. 10](#) →

Diga-nos quem é o XICONHOCA da semana



Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Taxar empresas e trabalhadores informais “é uma política repugnante” professor Kunal Sen

A ideia que a economia informal deve ser formalizada foi desmistificada pelo professor Kunal Sen que revelou nesta quinta-feira (21) que “61,2 por cento dos empregos no mundo são informais”, por isso “a economia informal veio para ficar”. O experiente economista, que é director na Universidade das Nações Unidas (UNU-WIDER), defendeu que cobrar impostos às empresas e trabalhadores informais “é uma política repugnante”.

Texto: Adérito Caldeira

Em Moçambique trabalham no sector formal, onde a actividade laboral é fixa e remunerada mensalmente mediante um contrato de trabalho, 1.181.003 cidadãos dos 8.174.377 moçambicanos em idade economicamente activa, de acordo com o IV Recenseamento Geral da População e Habitação.

A maioria dos cidadãos sem emprego formal não são necessariamente desempregados, trabalham no sector informal como constatou uma pesquisa da UNU-WIDER liderada pelo economista Kunal Sen.

O académico mostrou nesta quinta-feira (21), durante a Conferência Académica Anual da instituição em Maputo, que “em países como Níger, Burundi ou Moçambi-



que o desemprego praticamente não existe, todos trabalham contudo em situações de muita vulnerabilidade”. No caso de Moçambique 4.925.228 são trabalhadores agrícolas.

“Temos uma situação não só em África mas no mundo em que a maioria da população

está na economia informal, o que é uma surpresa pois com o crescimento económico que muitos países africanos e asiáticos tiveram o trabalho informal deveria ter reduzido através da criação de novos e melhores postos de emprego, o que não aconteceu”, constatou o professor Kunal Sen que revelou “61,2 por cento dos empregos no mundo são informais”.

O economista da UNU-WIDER discorda da “política habitual para lidar com a informalidade tem sido formalizar, formalizar, formalizar. Essa pode ser a solução a longo termo mas muitos trabalhadores informais nunca vão conseguir trabalhar no sector formal”.

Na óptica do académico “em vez de formalizar talvez se devesse pensar o que fazer para tornar a vida dos informais melhor”.

Kunal Sen notou ser política generalizada nos países onde a informalidade é elevada encontrar formas de taxar as empresas e os trabalhadores informais, “na minha visão essa é uma política repugnante”.

Embora aceite que desafio é encontrar caminhos de integrar os informais na economia formal o professor da Universidade das Nações Unidas recordou que “o objectivo é ver essas empresas e empreendedores a desenvolverem, se começa-se a taxa-los é força-los a regredir, o que não é uma política inteligente”.

VERDADE

A verdade em cada palavra.



Envia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais

DIGITA *898#

É rápido, seguro e conveniente

→ continuação Pag. 09 - Linha Caia – Nacala atrasada, Governo autoriza EDM a importar gás natural liquefeito para demanda de energia no Centro e Norte

Ainda a procura de financiamento, cerca de 420 milhões de dólares norte-americanos, para a 2ª e 3ª fases Projecto da Linha de Transporte de energia entre Caia (na verdade a nova linha parte de Chimuara) e Nacala o Executivo de Filipe Nyusi decidiu no passado dia 5 de Julho autorizar a “EDM a importar GNL para a produção de energia eléctrica, desde que o preço de importação deste recurso contribua para a redução dos custos de produção de energia eléctrica”, indica um Despacho do ministro dos Recursos Minerais e Energia, Ernesto Max Tonela.

No documento, publicado em Boletim da República a 29 de Outubro, o Governo reconhece “restrições da capacidade de transporte de energia proveniente da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, enquanto não se registar a construção da segunda linha em alta tensão em 400 kW ligando Caia a Nacala ou centrais de carga base no extremo norte do país, programadas no Plano Director integrado de Infra-Estruturas Eléctricas, esta constituía a solução de menor custo que então se afigurava a curto e médio prazo”.

“Em face do crescimento da demanda de energia, em particular no Corredor de Desenvolvimento de Nacala e dos elevados custos com a aquisição de óleo pesado (gasóleo), tendo em



conta a dinâmica do sector, urge encontrar medidas para minimizar custos e encontrar opções menos poluentes, sendo a importação de Gás Natural Liquefeito (GNL) a resposta imediata”, refere ainda o Despacho a que o @Verdade teve acesso.

A construção desta Linha de Transporte de energia deveria ter iniciado este ano para ficar concluída em 2022, no entanto só no passado dia 8 de Outubro a EDM rubricou contratos com os empreiteiros, indiano e espanhol, que vão construir a 1ª parte da Linha entre Chimuara e Alto Molócué e que custará cerca de 200 milhões de dólares

financiados pelo Banco Islâmico de Desenvolvimento.

O @Verdade apurou que a construção das 2ª e 3ª partes Linha de Transporte de energia, entre Alto Mulocué e Namialo e entre Namialo e Nacala, respectivamente, orçadas em 420 milhões de dólares, ainda não têm financiamento garantido.

Nova Central Termoeléctrica Flutuante vai operar em Nacala usando gás natural liquefeito

Entretanto, nesta quarta-feira (20), a EDM anunciou a substi-

tuição da Central Termoeléctrica Flutuante que está atracada no Porto de Nacala, e é arrendada a empresa turca Karpowership por outra da mesma empresa que poderá funcionar a GNL, um combustível mais barato e menos poluente.

“Irá decorrer no período de 22 de Novembro próximo a 2 de Dezembro a substituição do barco gerador (de energia) instalado em Nacala por outro que confere melhor funcionalidade, permite uma melhor regulação da tensão e melhoria na qualidade do fornecimento”, disse em conferência de imprensa a directora de Operação de Sistema da eléctrica.

Nilsa Pelembe explicou que durante a troca de um barco pelo outro nenhunos clientes domésticos deverá sofrer qualquer tipo de restrição, para além da já habitual má qualidade, apenas seis clientes industriais ficarão sem fornecimento de energia.

A directora de Operação de Sistema da EDM confirmou que embora a nova Central Termoeléctrica Flutuante que vai ser instalada funcione a gasóleo tem “a possibilidade de funcionar a gás (natural liquefeito), mas enquanto decorrem as negociações para o fornecimento de gás vai funcionar a gasóleo”.

A Central Termoeléctrica Flutuante que está a ser substituída foi trazida para Moçambique em 2016 tendo em vista a exportação da energia que produzisse para a Zâmbia. Em menos de um ano o negócio revelou-se insustentável visto que o país vizinho não pagava a electricidade que consumia tendo acumulado em Dezembro de 2016 um divida de 6,7 biliões de meticais.

Entretanto a infra-estrutura eléctrica continuou no Porto de Nacala e a energia produzida, 40 MegaWatts, foi redireccionada para a rede eléctrica do Norte onde a EDM precisa de 140 MegaWatts para alimentar os 445.640 clientes que tem em Baixa Tensão e 766 de Média e Alta Tensão.

Eardley-Taylor, director de petróleo e gás do Grupo Standard Bank: Moçambique tem potencial para competir, nos próximos anos, com os maiores produtores de gás natural do mundo

O Standard Bank acredita que Moçambique tem potencial para competir, nos próximos anos, com os maiores produtores de gás natural, e fornecer 25% do total da quantidade deste importante recurso energético necessário a nível mundial até 2040.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Para chegar a esta conclusão, o banco teve em conta a localização geográfica do País, que o permite abastecer as bacias do Atlântico e do Pacífico a partir do Índico, as enormes reservas de que é detentor, bem como a crescente demanda por este recurso, associada à tendência mundial de substituição das energias fósseis pelas tidas como “mais limpas”, como é o caso do gás natural.



ça para o carvão em substituição pelo gás. É, de facto, algo inédito”.

A mudança da geopolítica mundial foi, também, outro aspecto tido em conta nesta análise, apresentada por Paul Eardley-Taylor, director de petróleo e gás para a África Subsaariana do Grupo Standard Bank, durante a sexta edição da Mozambique Gas Summit, tida recentemente lugar em Maputo, um evento anual que reúne, no mesmo espaço, tomadores de decisão nacionais da área do gás e investidores locais, regionais e internacionais para discutirem as diversas oportunidades que o País oferece neste sector.

Para Paul Eardley-Taylor, “Moçambique está no centro do mundo. É um dos poucos produtores de gás natural liquefeito que pode atingir as bacias do Atlântico e do Pacífico a partir do Índico e é uma fonte de energias mais limpas à medida em que o mundo avan-

“O mundo está a precisar de muito mais Gás Natural Liquefeito (GNL) e cremos que Moçambique poderá contribuir, ao lado dos outros gigantes, para a resposta a esta enorme e crescente demanda, apesar de a Rússia e o Qatar, por exemplo, estarem a aumentar a sua capacidade de produção”, referiu Paul Eardley-Taylor.

Entretanto, o especialista alerta para a necessidade de não se olhar somente para o gás como o único recurso que pode conduzir o País ao desenvolvimento. É necessário apostar, também, em sectores transversais e vitais da economia, sendo um deles a agricultura.

Apontou, por exemplo, as necessidades das multinacionais envolvidas na exploração do gás natural como um dos factores que podem contribuir para a atracção

de investimentos e dinamizar o sector agrícola.

“Quando iniciar a produção do Gás Natural Liquefeito (GNL) a contribuição da agricultura para o Produto Interno Bruto (PIB) deverá baixar, por isso temos que aproveitar esta janela de dois ou três anos para transformar o sector, antes que os outros projectos de GNL iniciem a produção. Só para alimentar os trabalhadores envolvidos na construção das infraestruturas dos projectos de GNL, as multinacionais vão precisar, por exemplo, de dois milhões de ovos por mês, que por sua vez necessitam de 60 mil frangos a colocarem ovos mensalmente. Só isso é suficiente para que nos foquemos não só na agricultura, como em outros sectores como a avicultura”, sublinhou o especialista.

Na opinião de Paul Eardley-Taylor, a revitalização do sector agrícola deve ser feita em paralelo com a produção de fertilizantes (a partir do gás) e na melhoria dos canais de distribuição, para permitir que o País tire vantagens da Zona de Comércio Livre em África, que aguarda aprovação.

“Moçambique tem uma oportunidade única para ser o líder da Zona de Comércio Livre em África. O

País pode fornecer gás, fertilizantes e produtos agrícolas a outros países africanos. Isso aconteceu, com sucesso, na União Europeia”, explicou Paul Eardley-Taylor, que apontou o Brasil como um dos países que podem ajudar Moçambique neste aspecto.

“O Brasil já empreendeu uma das maiores transformações agrícolas de todos os tempos. Moçambique e Brasil são parceiros naturais e podem, juntos, abraçar este projecto”, concluiu.

Na ocasião, Paul Eardley-Taylor falou também da experiência do Grupo Standard Bank no financiamento de projectos na área do gás, sendo prova disso os prémios de Melhor Banco de Investimento, atribuídos pela revista Global Finance.

Importa realçar que a Mozambique Gas Summit, do qual o Grupo Standard Bank é um dos patrocinadores, é organizada anualmente, desde 2015, pela CWC, uma firma inglesa que actua no sector de energia, em parceria com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), com o suporte do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CNH) e Instituto Nacional do Petróleo (INP).

Pergunta à Tina...

Olá mana tina, espero que esteja bem! Gostaria de saber depois de fazer aborto quanto tempo leva para voltar a fazer relações sexuais?

Mano, o ideal será esperar duas ou três semanas depois do aborto para reiniciar a actividade sexual com penetração. Em princípio, não há riscos. Mas é sempre melhor usar a camisinha pois oferece dupla protecção: evita a gravidez e evita as ITS (Infecções de Transmissão Sexual), incluindo o HIV.

Olá Tina, espero que esteja bem de saúde e que satisfaça a minha preocupação. Minha mulher é irregular no seu período de menstruação, cada vez que ela tem tido sofre grandes dores de bexiga, e não só no seu mínimo é uma semana de menstruação, algumas vezes tem sido a mais. Nunca usou métodos contraceptivos! Isso é normal? Ela tem passado 2 meses e semanas sem ficar menstruada, com certeza! Isso é normal Tina? António de Jesus.

António estou bem de saúde, e alegre-me por saber que estás também preocupado com a saúde da tua mulher. Em relação aos problemas que referes é difícil ajudar-te sem conhecer mais detalhes sobre dela. Por isso, só posso recomendar ir a uma consulta de ginecologia, se possível. Boa sorte!

Com incidência para pessoas portadoras de deficiência: Alocados um milhão de euros para formação profissional em Maputo, Beira e Pemba

O Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC) e a Associação Italiana Amigos de Raoul Follereau (AIFO) assinaram, na quinta-feira, 14 de Novembro, em Maputo, um memorando de entendimento, orçado em um milhão de euros, financiado pela Cooperação Italiana, e que tem a duração de 24 meses, abrangendo os centros de formação de Maputo, Beira e Pemba, abrangendo três componentes: formação em língua de sinais, formação psico-pedagógica e adaptação das infra-estruturas e conteúdos de formação para a pessoa portadora de deficiência.

O memorando, assinado durante a divulgação do relatório final da pesquisa sobre Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho, realizado em empresas de construção civil e indústrias de mineração, tem por objectivo a inclusão de pessoas portadoras de deficiências, na formação e no auto-emprego.

Na ocasião, Vitória Dias Diogo orientou aos signatários do instrumento, nomeadamente Anastácio Chembeze, em representação do IFPELAC e da AIFO, Doménico Liuzzi, para que cumpram o contracto na íntegra.

“É fundamental que preparem um plano de actividades objectivo e mensurável, pois é, pertinente que se desenvolvam mais acções de formação profissional com vista à inclusão laboral da pessoa com deficiência. É crucial equipar os nossos centros adequadamente para que o cidadão com deficiência possa ter acesso



ao processo de ensino e aprendizagem e poder formar-se adequadamente”, explicou a governante.

Por sua vez, Doménico Liuzzi disse que a assinatura do memorando tem um significado imensurável para a sua organização, na medida em que ele preconiza uma maior atenção às pessoas com deficiência e o principal desafio será procurar as melhores formas na actividade de empreendedorismo.

“A ideia surgiu da ONG italiana AIFO, de realizar o programa com o IFPELAC, por ser vocacionado à formação de pessoas. A AIFO assinou o presente acordo para trabalhar dois anos em estreita colaboração com seu parceiro. O valor não poderia abranger todo o país e esperamos que no futuro seja mais abrangente”, afirmou Doménico Liuzzi.

Importa referir que durante o evento, foi lançado o boletim informativo do mercado de trabalho referente ao segundo trimestre de 2019, que resulta de registos administrativos, incluindo as plataformas electrónicas de gestão de fenómeno migratório (SIMIGRA), da Segurança Social (SISSMO) e da APIEX que compara o igual período de 2018, verificando-se um aumento de empregos registados de 94,6 por cento e 34,9 por cento e no auto-emprego. As admissões directas contribuíram mais com 50,7 por cento e do total dos empregos, 16,2 por cento foram auto-emprego.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Segurança Cibernética precisa de ser acelerada em Moçambique

Moçambique precisa de acelerar o processo de implementação de medidas de promoção da segurança cibernética, por forma a salvaguardar a protecção dos cidadãos e a sustentabilidade do desenvolvimento das telecomunicações em Moçambique, defende Carlos Mesquita, Ministro dos Transportes e Comunicações.

Mesquita que falava, esta quarta-feira, 13 de Novembro, em Maputo, na abertura da II Conferência Nacional de Segurança Cibernética (MOZCYBER) acrescentou que o mundo de hoje e todo o processo de desenvolvimento estão ligados às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), razão pela qual a segurança cibernética constitui um assunto transversal que deve merecer atenção especial de todos.

“É por isso que tivemos na conferência a participação do Ministério Público e de outras instituições, que prestam serviços e que estão acometidos com as indústrias e áreas de serviços, porque, mesmo no uso profissional e pessoal, todos nós utilizamos este tipo de equipamentos”, frisou o governante.

Instituições moçambicanas usuárias das TIC, representantes do Governo, do sector privado e da sociedade civil identificaram e definiram as diversas formas e características da segurança cibernética, bem como apresentaram soluções de prevenção e combate ao crime cibernético, no decurso da II Conferência Nacional de Segurança Cibernética (MOZCYBER), evento que ocorre pelo segundo ano consecutivo.

O encontro, que serviu igualmente para avaliar os desafios da segurança cibernética em Moçambique e traçar acções



concretas e concertadas com vista a um maior controlo e acção contra os crimes cibernéticos, foi promovido pela Autoridade Reguladora das Comunicações de Moçambique (ARECOM).

Num outro desenvolvimento, Carlos Mesquita explicou que, enquanto uns pensam no desenvolvimento de soluções integradas e tecnológicas, infelizmente existem outros com um pensamento diferente, uma vez que concentram o seu trabalho para prejudicar o desenvolvimento, afectando negativamente, todo o sistema implantado em várias instituições, o que concorre para que não se consiga prestar os serviços pretendidos.

O ministro deu exemplo do sistema bancário, onde o sistema informático quando afectado ocorre, automaticamente, uma disfunção que leva à paralisação do serviço prestado: “Isso aplica-se também na indústria, cujas máquinas são

regidas por sistemas informáticos programados e que, em caso de um ataque cibernético, o processo de produção fica comprometido”, indicou.

A conferência, conforme enfatizou Carlos Mesquita, traz exactamente esta necessidade de termos uma coordenação com vista a aproveitar todos os mecanismos legais e regulamentares, que o Governo tem estado a criar para promover um desenvolvimento adequado na protecção dos sistemas de informação e comunicação.

Por sua vez, Castigo Nhamane, vice-presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), indicou que matérias ligadas à segurança cibernética constituem uma preocupação para o sector privado por afectarem directamente o ambiente de negócios.

“Um exemplo que ainda vive nas nossas memórias foi o apagão ocorrido, recentemente, no sistema bancário nacional, onde entre outros factores pode-se apontar os ataques cibernéticos que o País tem sofrido, nos últimos anos, como uma das causas”, afirmou, Nhamane, acrescentando que o sector privado está consciente de que a segurança cibernética joga um papel importante para assegurar o normal usufruto das oportunidades que se apresentam no país.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Segundo Future Standard Bank Open 2019: Canadianos arrebatam primeiro prémio em singulares e pares

O canadiano Kelsey Stevenson, actual número 825 do ranking da Associação de Tenistas Profissionais (ATP), sagrou-se vencedor do segundo Future da nona edição do Standard Bank Open, ao derrotar, na final, o espanhol David Perez (número 563 da ATP) por dois sets a zero (parciais 7-6 e 6-2).



Durante o jogo, bastante renhido, os dois atletas provaram que a sua presença na final do torneio, chancelado pela Federação Internacional de Ténis (ITF, sigla em inglês), não tinha sido obra do acaso.

E não era para menos: deixaram para trás um total de 30 jogadores, muitos dos quais tidos como favoritos, como são os casos dos irmãos Benjamin e Courtney Lock (Zimbábue), Takanyi Garanganga (Zimbábue), Jesse Delaney (Austrália), entre outros.

Talvez seja por isso que o resultado tenha constituído surpresa até para o próprio atleta, que esteve a perder por 5-0 no primeiro set. “Não sei como consegui virar o resultado no primeiro set. As hipóteses eram remotas. Nunca me aconteceu na carreira, principalmente durante um jogo tão importante como este. Estou muito feliz”.

Para Kelsey Stevenson, o nível de competitividade da presente edição do Standard Bank Open esteve muito mais alto, se comparado com o das anteriores, o que faz deste torneio um dos mais apetecíveis no seio dos atletas.

“Fala-se muito bem desta prova, por isso sempre temos vontade de cá estar. É um dos torneios mais competitivos, tendo em conta a participação de tenistas como David Perez, Takanyi Garanganga, Benjamin Lock, entre outros”, considerou Kelsey Stevenson.

O nível de competitividade foi, também, um dos aspectos realçados pelo director de Marketing e Comunicação do Standard Bank, Alfredo Mucavela, que fez um balanço da competição, que movimentou atletas provenientes dos quatro cantos do mundo.

“Podemos dizer que este foi o melhor Open, a avaliar pelo nível de adesão e de competitividade. Os atletas bateram-se arduamente durante os jogos, como pudemos testemunhar. Estamos satisfeitos e para o ano queremos mais países, mais competitividade e mais moçambicanos a competir e, quiçá, a vencer um Future”, referiu Alfredo Mucavela.

Por seu turno, o presidente da Federação Moçambicana de Ténis (FMT), Valige Tauabo, apontou como principal marco desta edição a presença de um atleta nacional (Bruno Nhavene) na final do primeiro Future, em pares masculinos.

“Representou condignamente o País, disputando a final de um torneio no qual participam atletas de gabarito internacional. É um tenista que está a ganhar projecção. Vamos continuar a apostar nele, para que possa ser uma referência. Esperamos que consiga chegar a uma final individual e amealhar pontos para entrar na ATP”, disse o presidente da FMT.

Importa realçar que, para além de vencer a final em singulares masculinos, Kelsey Stevenson também subiu ao pódio em pares masculinos, ao lado de Raheel Manji, também do Canadá, depois de derrotarem a dupla sul-africana Vasilios Caripi e Vaughn Hunter por dois sets a zero (parciais 6-4 e 7-5).

Na ocasião, a alta comissária do Canadá, Caroline Delaney, que esteve nas bancadas dos Courts do Jardim Tunduro para testemunhar o feito dos seus compatriotas, congratulou o Standard Bank por organizar um torneio desta dimensão, e particularmente por envolver todas as faixas etárias, particularmente os alunos do ensino primário.

“Foi um evento interessante e estamos felizes por termos dois canadianos como vencedores. Este é um dos torneios de ténis mais importantes no mundo, e é louvável o facto de o Standard Bank dar às crianças a oportunidade de praticar a modalidade”, afirmou Caroline Delaney.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Startups e PME capacitam-se em matéria de impostos e segurança social

Perto de meia centena de representantes de pequenas e médias empresas (PME) foram capacitados, recentemente, na Incubadora de Negócios do Standard Bank, em matérias de impostos e taxas, cujo desconhecimento tem levado muitos empreendimentos ao incumprimento das obrigações fiscais.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Denominada "Master Class", a sessão de capacitação visava dar a conhecer às PME e às startups os principais impostos que vigoram no País, bem como as regras e os prazos estabelecidos para a sua canalização às entidades competentes, nomeadamente a Autoridade Tributária (AT), o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e as autarquias, tratando-se de impostos, contribuições e taxas, respectivamente.

A sessão foi ministrada por Atanázio Franck, membro da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM), que considerou oportuna a escolha do tema, tendo em conta que muitas PME perdem inúmeras oportunidades por não terem a sua situação fiscal regularizada, não por negligência, mas sim por desconhecimento.

"As PME devem ter em mente que pagar impostos é um acto de cidadania. Apesar de haver muitos instrumentos legais à sua disposição, sendo os principais as leis 15/2002, de 26 de Julho, (Lei das Bases do Sistema Tributário) e 2/2006, de 22 de Março, (Lei Geral Tributária), esta questão ainda constitui uma dor de cabeça para este segmento de empresas", considerou.

Na ocasião, Atanázio Franck referiu-se, também, à Lei do Regime Excepcional de Perdão de Dívidas Tributárias, aprovada em Abril último, que pode ser usada pelas PME e empreendedores para requerer o perdão das multas e juros resultan-

correr a esta lei para fazer com que as suas multas e juros sejam perdoados. Isso abre espaço para que usem, posteriormente, o valor para capitalizar o seu negócio", disse Atanázio Franck.



tes de infracções ou violação das obrigações declarativas.

Trata-se de um instrumento através do qual o Governo perdoadas as multas e os juros de mora de impostos de cidadãos com o Estado e autarquias locais, mediante apresentação do pedido, por escrito, ao ministro da Economia e Finanças, em caso de dívida com o Estado, ou ao presidente do Conselho Autárquico, quando a dívida é com a autarquia, num prazo de nove meses, a contar desde o dia da entrada em vigor da referida lei.

"As PME têm a oportunidade de re-

No final, os participantes louvaram a iniciativa do Standard Bank em abordar este tema. Para estes, a sessão serviu para esclarecer aspectos relevantes do dia-a-dia das PME.

"Foi muito bom participar neste Master Class sobre impostos e taxas para PME, em especial por causa da situação do INSS (regras e prazos para canalização das contribuições), do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (envio da lista nominal, entre outras questões). Não tínhamos noção de muita coisa que foi aqui partilhada, como é o caso dos regimes empresariais e seus benefícios. Foi uma sessão elucidativa", afirmou Shena Magaia.

Por seu turno, Dalmar Santos, realçou a relevância da sessão para as PME, que "têm muitas dúvidas ligadas à questão dos impostos e taxas. É importante que tenhamos muita atenção nestes aspectos, principalmente no que diz respeito às regras e prazos".

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

"Modernizar a agricultura para alimentar o país" - desafia Adolfo Muholove, PCE da Gapi

"Moçambique tem o desafio de modernizar a agricultura, para garantir a segurança alimentar e um desenvolvimento mais inclusivo e a Gapi assumiu este desafio como uma prioridade nos programas que realiza", considerou Adolfo Muholove, Presidente da Comissão Executiva (PCE) da Gapi, à margem do concurso ao prémio de Melhor Agre empreendedor do Ano, do Future Agro Challenge (FAC) 2019.



O grande vencedor do prémio foi Mathária Empreendimentos, um empresa sediada na província de Nampula e que se dedica à produção e processamento da moringa oleifera. Na fase inicial de lançamento comercial, esta empresa foi financiada pela Gapi, no âmbito do Fundo para Iniciativas de Desenvolvimento Prosavana.

No acto da entrega do prémio, o Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, Hígino Marule, disse ser com "inovação, trabalho duro e perseverança que se consegue alcançar o objectivo da fome zero".

Por seu turno, Alexandre Santos, representante da Mathária Empreendimentos, disse que "este prémio reflecte a nossa perseverança, não só no trabalho que temos vindo a desenvolver, como na participação neste concurso. Com este prémio, temos a oportunidade de alargarmos os nossos horizontes em busca de melhores parcerias, tecnologia e, quiçá, novos mercados".

Muholove realçou ainda que a sua instituição está empenhada na promoção do surgimento de uma nova geração empresarial, através de programas que estimulam a modernização e inovação em sectores estratégicos como o do Agronegócio.

Uma das iniciativas que a Gapi tem vindo a apoiar, nos últimos quatro anos, é o FAC - Programa de aceleração, promoção e ligações de cadeias de valor do agronegócio, promovido em parceria com a Mozambique Innovation Lab.

Nesta 4ª edição, o concurso foi muito mais abrangente, não apenas em termos de identificação e selecção das candidaturas por todas as províncias do país, mas principalmente pela preparação técnica dos concorrentes, através de acções formativas levadas a cabo nas três regiões (norte, centro e sul) juntando cerca de 200 empresas ligadas à área do Agronegócio.

A Gapi esteve envolvida em todas as fases deste processo, tendo acolhido na sua sede a última acção de formação. Nessa ocasião, Aurora Psico, da Direcção Executiva da Gapi, reafirmou o compromisso desta instituição financeira de apoiar eventos desta natureza, tendo deixando aos participantes o apelo para que "não desistam. É preciso que sejam determinados, persistentes e disciplinados. Isso é a chave do sucesso".

O vencedor desta edição vai beneficiar de apoio e assistência técnica para os seus negócios e uma passagem para o concurso mundial que vai decorrer na Grécia, em Setembro de 2020. De recordar que, desde a primeira edição, os vencedores têm tido a oportunidade de concorrer a nível internacional. Antes da Grécia, África do Sul e Turquia acolheram eventos similares.

Lançado cartão pré-pago Txova

"Hoje, com o lançamento do Cartão Pré-Pago Txova, Maputo, a nossa capital coloca-se ao nível de grandes cidades do mundo, no que à inovação do serviço de bilhética diz respeito. Hoje, com a introdução desta nova solução de bilhética estamos a fazer história nos transportes públicos da área metropolitana de Maputo", começou por referir, na sua intervenção, o administrador do BCI, Mukhtar Abdulcarimo, por ocasião do lançamento desta nova solução de pagamento, uma parceria entre o BCI, a Paytech e a Metrobus.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Acrescentou que "esta é uma solução que incorpora duas funcionalidades: a componente de bilhética no sistema de transporte e a bancária e financeira, sendo um meio de pagamento tradicional em toda a rede de ATM e POS a operar na SIMorede", referindo que "esta solução é o resultado da combinação de esforços quer do BCI, mas acima de tudo da Paytech e da Metrobus. Foi o resultado da combinação de esforços de empresas locais que resultou numa solução local, mas que, conceptualmente, rivalizaria com as melhores soluções de bilhética a operar por este mundo fora."

Por sua vez, Amade Camal, administrador da Paytech e da



Metrobus, exaltou os fazedores do Cartão Pré-Pago Txova, sobretudo os que estiveram envolvidos em toda a sua concepção: "Gostaria de abrir um parêntesis para partilhar convosco uma celebração rara acerca da competência da juventude moçambicana. Neste caso, quero

reconhecer que temos casos de sucesso um pouco por todo o País. Foi tudo montado por miúdos de 21 anos", frisou, chamando depois ao palco os que contribuíram para que esta nova solução fosse uma realidade.

Refira-se que este cartão não é exclusivo dos clientes do BCI ou até de clientes bancários. Este é um instrumento que vem dar um contributo importante para a inclusão financeira, permitindo que qualquer utente de transportes adquira este instrumento de bilhética e, ao mesmo tempo, o possa utilizar como meio de pagamento bancário tradicional, sem que tenha necessariamente que possuir conta bancária.

“Samurais” no pote 4 para sorteio do Pré-Olímpico para Tóquio 2020

As “Samurais” foram colocadas pela Federação Internacional de Basquete (FIBA) no pote 3 para o sorteio do Pré-Olímpico Mundial feminino, que vai ser realizado no próximo dia 27 na Suíça.

Texto: Adérito Caldeira

Após a realização dos torneios continentais de apuramento dos representantes de África, América e Oceânia e ac-

tualizado o ranking, onde Moçambique ocupa o 43º lugar entre 124 países, a FIBA anunciou nesta quinta-feira (21) a com-

posição dos potes de onde serão sorteados os quatro grupos de apuramento para os Jogos Olímpicos de Tóquio em 2020.

Pote 1	Pote 2	Pote 3	Pote 4
EUA	França	Brasil	Coreia do Sul
Austrália	Sérvia	Japão	Suécia
Espanha	China	Nigéria	Porto Rico
Canadá	Bélgica	Grã-Bretanha	Moçambique

Cada grupo disputará o Pré-Olímpico Mundial feminino num país diferente: na China (na cidade de Foshan), na França (na cidade de Bourges), na Sérvia (na cidade de Belgrado) e na Bélgica (na

cidade de Ostend). Embora apurem-se as selecções que se classificarem nos 3 primeiros lugares de cada grupo na verdade os Estados Unidos da América, campeã

do mundo, e o Japão, país organizador da olimpíada, vão disputar a prova mas já estão classificadas, o que significa que os restantes 14 países vão lutar apenas por 10 vagas nos Jogos Olímpicos.



ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail

averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Sociedade

Governo regulamenta diques de protecção contra cheias em Moçambique

O Governo regulamentou pela primeira vez os diques de protecção contra cheias e inundações em Moçambique. Em Março muitos cidadãos foram surpreendidos pela subida repentina das águas do rio Púnguè, na Região Centro, devido a um dique mal conservado e sob gestão de um privado.

Texto: Adérito Caldeira

No passado dia 16 de Março perto de cem mil cidadãos foram surpreendidos pela rápida subida do rio Púnguè. Após sobrevoar as províncias de Sofala e Manica o Presidente Filipe Nyusi confessou não sabia de onde vinha a água pois embora no vizinho Zimbabwe tivesse chovido muito, com consequência do Ciclone Idai, nenhum aviso de cheia fora emitido.

O que sucedeu foi que o dique que deveria proteger a região de inundações estava mal conservado pela empresa açucareira de Mafambisse que o construiu e deveria fazer a sua manutenção. Tal como este existem outros diques de protecção contra cheias sob gestão de privados em Moçambique no entanto nunca foi legislada a sua gestão havendo situações em que as autoridades para acederem aos locais precisam de

contar com a complacência das empresas.

Como forma de melhorar a gestão e fazê-lo de forma sustentável o Governo aprovou um Regulamento sobre os Diques de Protecção contra Cheias e Inundações que define os critérios para a sua construção, operação, manutenção e segurança.

O documento a que o @Verdade teve acesso determina normas para a gestão dos diques, indica as entidades que o devem fazer e quais as suas competências, define as regras de uso e obriga a realizações de inspeções de 6 em 6 meses, 1 mês antes do início da época chuvosa e “sempre que se mostre necessário”.

As entidades que tiverem diques de protecção contra



cheias sob sua gestão em Moçambique passam a estar

sujeito a sanções caso cometem infrações que estão arro-

ladas no Decreto nº 78/2019 de 19 de Setembro.

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel: +258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel: +258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.